

100 ANOS
**GRANDE
GUERRA**
**ASSEMBLEIA
DA REPÚBLICA**



Exposição

PORTUGAL E A GRANDE GUERRA

8 de outubro a 29 de novembro de 2014 | Átrio Principal do Palácio de São Bento



“As guerras e as revoluções – há sempre uma ou outra em curso chegam, na leitura dos seus efeitos, a causar não horror mas tédio. Não é a crueldade de todos aqueles mortos e feridos, o sacrifício de todos os que morrem batendo-se, ou são mortos sem que se batam, que pesa duramente na alma: é a estupidez que sacrifica vidas e haveres a qualquer coisa inevitavelmente inútil. Todos os ideais e todas as ambições são um desvaio de comadres homens. Não há império que valha que por ele se parta uma boneca de criança. Não há ideal que mereça o sacrifício de um comboio de lata. Que império é útil ou que ideal profícuo? Tudo é humanidade, e a humanidade é sempre a mesma – variável mas inaperfeiçãoável, oscilante mas im-progressiva.”

Bernardo Soares, *Livro do Desassossego*.

28-06-1914
Assassinato em Sarajevo do arquiduque Francisco Fernando, herdeiro do trono austro-húngaro.

01-08-1914
A Alemanha declara guerra à Rússia e ordena a mobilização geral.

03-08-1914
A Alemanha declara guerra à França. Mobilização das tropas inglesas.

04-08-1914
A Grã-Bretanha declara guerra à Alemanha e ao Império Austro-Húngaro. A Alemanha declara guerra à Bélgica.

07-08-1914
Declaração do governo português sobre a guerra, em concordância com o pedido do governo inglês de não declarar neutralidade nem beligerância.

12-08-1914
O governo português decreta a organização e o envio de expedições militares para Angola e Moçambique.

11-09-1914
Partida das primeiras expedições militares portuguesas para Angola e Moçambique.

19-10-1914
Incidente de fronteira em Naulila, no sul de Angola.

20-10-1914
Movimentos revolucionários monárquicos em Mafra e em Bragança contestando a participação portuguesa na guerra.

18-12-1914
Derrota portuguesa em Naulila, Angola.

20-01 a 14-05-1915
Ditadura de Pimenta de Castro.

23-02-1916
Requisição dos navios mercantes alemães e austríacos surtos em portos portugueses.

09-03-1916
A Alemanha declara guerra a Portugal.

15-03-1916
Constituição do Governo de União Sagrada (Partido Democrático e Partido Evolucionista), chefiado por António José de Almeida.

20-03-1916
Criação da Cruzada das Mulheres Portuguesas.

27-05-1916
Combate do Rovuma, Moçambique.

22-07-1916
Organização do Corpo Expedicionário Português (CEP), composto por 30 mil homens.

13-12-1916
Revolta de Tomar, dirigida por Machado Santos, manifestando-se contra o Governo de União Sagrada e o envio de tropas para França.

30-01-1917
Parte para França a Primeira Brigada do Corpo Expedicionário Português, sob comando de Gomes da Costa.

04-04-1917
As tropas portuguesas entram nas trincheiras. Morte do primeiro soldado português na frente francesa: António Gonçalves Curado.

14-04-1917
Ultimatum futurista às gerações portuguesas, por Almada Negreiros.

19 a 27-05-1917
Revolta da Batata. Assaltos populares a mercearias e outros estabelecimentos comerciais em Lisboa e na margem sul do Tejo.

20-09-1917
O aviador Óscar Monteiro Torres morre após um caça alemão ter abatido o seu avião.

05-12-1917
Revolta militar liderada por Sidónio Pais.

09-04-1918
Tem início a Batalha de La Lys. Morreram mais de 600 militares portugueses e 6585 foram feitos prisioneiros.

14-10-1918
Combate entre o caça-minas *Augusto de Castilho* e o cruzador-submarino alemão U-139 que termina com o afundamento do primeiro.

11-11-1918
Armistício de Compiègne. Tratado assinado entre os Aliados e a Alemanha que terminou as hostilidades na frente ocidental.

28-06-1919
Assinatura do Tratado de Paz, em Versailles.

14-07-1919
Tropas portuguesas participam no Desfile da Vitória, em Paris.

10-04-1921
Cerimónia de trasladação de dois soldados desconhecidos para o Mosteiro de Santa Maria da Vitória (Batalha).

O período de paz que caracterizou a Europa nos anos da *Belle Époque* foi interrompido com o assassinato do arquiduque Francisco Fernando, herdeiro do trono austro-húngaro, em Sarajevo, a 28 de junho de 1914. A guerra que se seguiu adquiriu uma dimensão mundial, global. Apesar dos sinais, a guerra surpreendeu, sobretudo pela extensão da brutalidade avassaladora que aprisionou o mundo.

A Grande Guerra teve início com a declaração de guerra de Inglaterra e França à Alemanha e ao Império Austro-Húngaro, em agosto de 1914. Envolveu todos os países europeus, com exceção da Espanha, dos Países Baixos, da Suíça e da região da Escandinávia. Os reflexos políticos deste momento de viragem determinaram o fim do absolutismo monárquico, a revolução russa, o desaparecimento dos impérios russo, austro-húngaro e turco otomano e deram lugar uma nova hierarquia dos países à escala internacional.



Desfile da Vitória em Paris. (Ministério dos Negócios Estrangeiros)



Embarque de tropas expedicionárias para Moçambique no cais de Santa Apolónia. Setembro de 1914. (Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/FRA/000029)

A I Guerra Mundial determinou o percurso da história contemporânea europeia e mundial, provocou fraturas, desencadeou efeitos duradouros que envolveram muito significativamente a História de Portugal. A I Guerra foi, em tudo e para todos, uma rutura em dimensões múltiplas e determinou uma viragem a partir da qual o mundo mudou, e Portugal também.

Inicialmente neutral, formalmente beligerante a partir de 1916, Portugal participou na Grande Guerra, tendo mobilizado mais de cem mil homens. Entre estes, cerca de oito mil perderam a vida nas trincheiras da Flandres ou nos campos de batalha de África.

A guerra irrompeu num momento em que se operara a transição de regime político que colocara Portugal ao lado da França e da Suíça como únicas repúblicas no quadro europeu, e condicionou o seu percurso. O seu impacto foi penetrante e brutal, perene na história e na memória do país, intenso nas reações sociais, culturais, artísticas que suscitou, inscrito na história dos que a viveram direta ou indiretamente.

ENTRE A NEUTRALIDADE E A BELIGERÂNCIA



Bernardino Machado à saída da sessão parlamentar extraordinária de 7 de agosto de 1914, que conferiu poderes ao governo para tomar medidas de emergência perante a guerra europeia. (Arquivo Histórico Parlamentar, BEN73)

A 4 de agosto de 1914, a notícia da declaração de guerra da Inglaterra à Alemanha chegou a Portugal envolta em tristeza e consternação. Naquele mesmo dia, no telegrama que dirigiu ao ministro britânico em Lisboa, o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros inglês, Eyre Crowe, aconselhou o nosso país a abster-se de proclamar a neutralidade, assegurando que “em caso de ataque pela Alemanha contra qualquer possessão portuguesa, o Governo de Sua Majestade considerar-se-ia ligado pelas estipulações da aliança anglo-portuguesa.” [Manuel Teixeira Gomes, *Portugal na Primeira Guerra Mundial (1914-1918)*, 1997, p. 17]

O governo português compreendeu rapidamente os impactos imediatos da guerra para Portugal, considerando a posição das colónias portuguesas e as circunstâncias políticas que enformavam a jovem República. Logo a 7 de agosto, Bernardino Machado, presidente do Ministério, submeteu ao Congresso da República, reunido extraordinariamente, uma declaração de princípios sobre a condução da política externa portu-

guesa. Portugal não faltaria ao cumprimento das suas obrigações internacionais, em particular as impostas pela sua aliança com a Inglaterra. Por pressão do Foreign Office, Portugal não podia declarar-se nem beligerante, nem neutral face à guerra na Europa. Dias depois, foi decretado o envio de dois destacamentos mistos (artilharia de montanha, cavalaria, infantaria e metralhadoras) com destino a Angola e Moçambique. As primeiras tropas portuguesas partiram para África um mês mais tarde.

Instalar-se-ia, entretanto, a divergência, entre intervencionistas e não-intervencionistas na guerra, mesmo dentro do governo. Desejada e procurada por uns, poucos, evitada ou rejeitada e criticada por outros, a intervenção de Portugal na guerra e a participação específica de forças militares na frente europeia desencadeou um debate intenso, conturbado e generalizado, concentrando o confronto de ideias, argumentos e posições políticas extremadas e concitando a contestação crescente de grande parte da sociedade portuguesa. É que, além do mais, embora a neutralidade acabasse por se manter até março de 1916, os impactos de um conflito em escalada mundial, prolongando-se por um período muito para além do que se imaginara, faziam sentir-se de forma muito intensa, refletindo-se na escassez e na carestia de bens essenciais à subsistência de uma população cujos níveis de contestação social e política se intensificavam.

A GUERRA NAS COLÓNIAS PORTUGUESAS EM ÁFRICA

Em 1914, com exceção da Etiópia, da Libéria e da União Sul Africana, que eram independentes, e da Líbia e de Marrocos, que não tinham sido ainda “formalmente conquistados”, o resto do continente africano encontrava-se ocupado e dividido entre o Reino Unido, a França, Portugal, a Alemanha, a Espanha, a Itália e a Bélgica. A Grã-Bretanha detinha o maior império em África, controlando cerca de 4/5 do comércio na região a sul do Sahara. A Alemanha, por sua vez, dando continuidade à política iniciada por Bismark no final do século XIX, detinha um pequeno império, mas estrategicamente posicionado, estendendo-se de

Madagáscar até à entrada do Mar Vermelho. Ambos os impérios faziam fronteira com territórios sob administração portuguesa, cujo domínio tinham começado a disputar no palco internacional.

A posição geoestratégica dos territórios portugueses em África, aliada à dimensão periférica, económica e financeiramente débil da metrópole, foi por isso, logo após o assassinio de Sarajevo, acompanhada com particular atenção pela República portuguesa.

A 21 de agosto de 1914, o presidente do Ministério, Bernardino Machado, decretou a organização e o envio de dois destacamentos mistos (artilharia de montanha, cavalaria, infantaria e metralhadoras) com destino a Angola e Moçambique.

Entre 1914 e 1918, Portugal mobilizou cerca de 30 000 homens para combater em Angola e em Moçambique. Grande parte dos militares que integraram estas expedições chegavam a África já doentes, incapazes de resistir às terríveis condições de higiene vividas durante a viagem.



População a assistir ao embarque das tropas portuguesas para África em Santa Apolónia. (Fotografia de Joshua Benoliel. Arquivo Histórico Militar, PT AHM-FE-CAVE-JB_GR 2-2028_m0001)

PORTUGAL EM GUERRA: NA EUROPA E NO ATLÂNTICO

A 9 de março de 1916, a Alemanha declarou guerra a Portugal. Foram então criados o Corpo Expedicionário Português (CEP) e o Corpo de Artilharia Pesada Independente (CAPI).

Ao longo dos anos de 1917 e 1918, o CEP participou em vários combates. A sua intervenção ficou indissociada da batalha de La Lys, travada a 9 de abril de 1918, data prevista para a rendição do efetivo militar português. O CEP foi então destroçado pelo exército alemão e inúmeros dos seus efetivos foram feitos prisioneiros.

Desde a entrada de Portugal na guerra até à assinatura do Armistício, a 11 de novembro de 1918, Portugal mobilizou mais de 75 000 homens para a Flandres.



O paquete *Cazengo* em aproximação ao NRP *Gil Eanes* para receber instruções através de uma boia salva-vidas, durante uma viagem entre Portugal e França, em 18 de julho de 1917. O *Cazengo* foi afundado por torpedos pelo submarino alemão U-91, em 8 de outubro de 1918, ao largo do cabo Breton, França. (Arquivo Histórico de Imagens da Marinha/Museu de Marinha, MM CL538A)



O primeiro batalhão a caminho da frente de batalha num postal alusivo à presença portuguesa em França. (Coleção particular)



Estudo *Soldados feridos ou mortos*, elaborado por Adriano de Sousa Lopes enquanto membro do Serviço Artístico do Corpo Expedicionário Português. França, 1917. (Coleção particular)

NAS TRINCHEIRAS

As trincheiras constituíram um elemento paradigmático e marcante na história da I Guerra Mundial. Linha da frente, território conquistado, espaço a defender, zona de confronto e lugar de refúgio. Foram local de vivência comum, residência imposta, surpreendente e monótona, sempre longa... Foram reduto de convívio e partilha para milhares de soldados, dos dois lados de uma linha, às vezes difusa, separando um espaço disputado, impreciso, inseguro. Síntese perfeita, a de André Brun: “Já sabemos esta guerra de cor. Quando estamos na linha, todas as noites enxotamos as patrulhas que nos vêm apalpar; todas as noites passeamos pela ‘terra de ninguém’”.

André Brun, *A malta das trincheiras*, ed. 1983, p. 89.



Soldados portugueses a drenar e a limpar uma trincheira. França, 1917. (Liga dos Combatentes, PT AHM-FE-110-A1-PQ-10_m0237)

Nesse espaço lúgubre, contido e sufocante, coexistiam a morte, a doença e a sobrevivência. Organizavam-se postos de socorros, abrigos de artilharia, cozinhas de campanha, latrinas e locais de descanso. As condições de vida eram penosas; por vezes agravadas pela chuva e pela neve que inundavam as trincheiras, enchendo-as de lama, dificultando, ainda mais, as movimentações dos soldados.

Sobrepesava a rotina da “trincha”, só interrompida por disparos, bombardeamentos e *raids* noturnos. Os soldados cavavam, limpavam e cuidavam das comunicações. As sentinelas vigiavam o inimigo.

Os dias eram sempre iguais, cumprindo tarefas repetitivas e extenuantes. As noites eram longas, vividas em espera, vigilância e sobressalto.

O CORPO E A DOENÇA: MEDICINA PORTUGUESA DURANTE A GRANDE GUERRA

A medicina enfrentou grandes desafios durante a I Guerra Mundial.

O armamento e as inovações tecnológicas provocaram milhares de mortos, feridos e mutilados. A medicina desenvolveu novos métodos de diagnóstico e tratamento. A guerra fomentou a utilização do raio-x, viu nascer o *shell shock* e a cirurgia reconstrutiva e acompanhou o desenvolvimento da enfermagem feminina. Debateu-se a reinserção social dos mutilados, a produção de próteses, os métodos de transfusão sanguínea e a vacinação dos combatentes. O final da guerra ficaria ainda marcado pela deflagração e propagação da epidemia mais mortífera registada até então. A pneumónica, potenciando a já tétrica trilogia da miséria, da guerra e da morte, mataria mais de 50 milhões de pessoas no mundo inteiro.

Portugal não ficou alheio a estes desenvolvimentos. Em África, os combatentes eram acompanhados por oficiais-médicos e socorridos maioritariamente nas principais cidades coloniais. Doenças como a malária, o paludismo ou a disenteria produziram mais baixas do que as atividades de guerra. Em França, o exército português desenvolveu um complexo Serviço de Saúde, encaminhando o paciente da trincheira à ambulância ou hospital, numa rede prestadora de cuidados muito dependente dos ingleses. Repatriados, os pacientes eram recebidos nos hospitais militares e unidades hospitalares provisórias. Os mutilados eram cuidados e reinseridos socialmente em instituições como o Instituto de Arroios e o Instituto de Santa Isabel, ambas em Lisboa.

Médicos e pessoal de enfermagem tiveram que lidar com as consequências físicas e emocionais produzidas pelos avanços tecnológicos, nomeadamente decorrentes dos efeitos do armamento utilizado e da introdução de gases venenosos durante os bombardeamentos. Novas armas, novos ferimentos. Foram aos milhares os mutilados e estropiados, os doentes, os psicologicamente abalados.



Veículo do Serviço de Saúde português. Terreiro do Paço, Lisboa, 1916. (Fotografia de Joshua Benoiel. Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/JBN/000900)



Bilhete de identidade de D. Maria de Jesus Gil, dama auxiliar de enfermagem da Cruz Vermelha Portuguesa em França, 1917. (Arquivo da Cruz Vermelha Portuguesa)



Grupo de damas enfermeiras da Cruz Vermelha Portuguesa em Ambleteuse. França, 1917. (Liga dos Combatentes)

A REPÚBLICA EM GUERRA

A declaração de guerra da Alemanha a Portugal determinou o início da intervenção portuguesa na frente europeia, dando lugar ao entendimento entre os Partidos Democrático e Evolucionista na constituição do Governo de União Sagrada. A constituição de um Corpo Expedicionário Português tornou-se prioridade absoluta, iniciando-se o chamado “milagre de Tancos”. A mobilização do país para a guerra, convocando todos os recursos, humanos e materiais, ficou longe de suscitar o consenso, aumentando a contestação contra

o Governo da União Sagrada e o envio de tropas para França, crescendo as divisões internas em todos os planos, incluindo dentro das Forças Armadas. Confrontada com o aumento das dificuldades, as reações repressivas do poder político e policial, o mais das vezes inusitadamente violentas, a ineficácia ou insuficiência das diversas medidas tomadas a nível nacional ou municipal, a população fez sentir a sua insatisfação e o seu desespero com uma intensidade ímpar ao longo dos anos do conflito. Aos problemas decorrentes da natureza do tecido produtivo nacional e do elevado grau de dependência externa, acresciam os efeitos da pressão inflacionista, do esforço financeiro associado às despesas de guerra, dos montantes atingidos pelo endividamento interno e externo, arrastando o país para um contexto de crise económica e financeira, cujas consequências perduraram para além do fim do conflito.

A guerra exacerbou vulnerabilidades económicas, acentuou divergências políticas e aprofundou clivagens sociais. A tendência evoluiu no sentido do agravamento da situação política e social do país, compondo o ambiente em que ocorreu o golpe de Sidónio Pais e, pondo em causa as instituições republicano-liberais, a experiência autoritária sidonista.

Ao impacto da guerra ficou a somar-se o pesado saldo humano e material da participação portuguesa, e as expectativas frustradas dos que a tinham advogado, desde logo no plano internacional, conforme ficou explícito na Conferência de Paz.



Desfile militar em Lisboa, 1916. (Fotografia de Joshua Benoiel. Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/JBN/000639)

Augusto Soares, Jaime Leote do Rego e João Barreira à saída de uma das sessões secretas da Câmara dos Deputados sobre a participação de Portugal na guerra, em julho de 1917. (Arquivo Histórico Parlamentar, BEN 82)

AS ARTES DURANTE A GUERRA: COMPROMISSO E REBELDIA

A mobilização cultural dos escritores e artistas portugueses não foi unívoca, revelando as fraturas sociais em relação à guerra. Se a Renascença Portuguesa defendeu a intervenção ativa do país no conflito, com poetas, como Augusto Casimiro, distinguindo-se como soldados e memorialistas da frente da Flandres, já o movimento modernista, surgido publicamente em 1915, apresentava posições virulentas e contraditórias face ao conflito.

A sua revista emblemática, *Orpheu*, revela nomes seminais como Fernando Pessoa e Mário de Sá-Carneiro, propondo uma poética que dialogava com as recentes vanguardas europeias. A provocação cultural é radicalizada pouco depois no Futurismo, proclamado nos manifestos polémicos de Almada Negreiros. Entretanto, regressado de Paris, Amadeo de Souza-Cardoso apresenta uma exposição de pintura em 1916 que o confirma na vanguarda da arte internacional. Mas outros artistas seguem com o exército para a frente de batalha em França e produzem obras cruciais, como Sousa Lopes e Cristiano Cruz. Nos anos vertiginosos da Grande Guerra deram-se ainda notáveis episódios de diálogo e atualização cultural: a estadia do casal de artistas Robert e Sonia Delaunay no Minho e a atuação dos Bailados Russos em Lisboa.

"Manecas Ministro".
(Banda desenhada de Stuart Carvalhais, *Século Cómico*, suplemento humorístico do jornal *O Século*, n.º 1011, 9 de abril 1917, p. 5)



Capa da revista *Portugal Futurista*.
(Lisboa, S. Ferreira, 1917. Biblioteca Nacional de Portugal, F.1753)



Soldados nas trincheiras, 1917-1918.
(Fotografia de Arnaldo Garcês. Arquivo Histórico Militar)

ECOS E LEMBRANÇAS DA GRANDE GUERRA - A MEMÓRIA PORTUGUESA DO CONFLITO

A memória de um povo é essencial à construção da sua História. Determina quem é, de onde veio, para onde caminhará. Mas os eventos de 1914 a 1918 são muito ignorados em Portugal. Assim mesmo, os seus rumores, perpetuados na arte, na literatura, nos relatos e nas histórias, podem ser ainda hoje escutados. Uns comungam de uma mesma saudade, medo ou vontade de retorno à pátria. Outros recordam convulsões políticas, problemas sociais, dúvidas e incertezas nos dias vindouros.

As narrativas de guerra são várias e diversificadas. Existem as dos grandes militares e estadistas, dos combatentes que experienciaram as trincheiras, dos prisioneiros, enviados para campos alemães, ou dos médicos, observadores dos males infligidos no corpo e na alma. Todos são essenciais à construção da Memória que se pretende reavivar.

No pós-guerra surgiram ainda rituais memorialistas em todos os países intervenientes. Portugal trasladou para o Mosteiro de Santa Maria da Vitória, na Batalha, os seus dois Soldados Desconhecidos, vindos de África e de França, a 9 de abril de 1921. Na Sala do Capítulo ainda hoje se encontram, sob a lápide que diz:

PORTUGAL ETERNO NOS MARES, NOS CONTINENTES E NAS RAÇAS AO SOLDADO DESCONHECIDO MORTO PELA PÁTRIA NA GRANDE GUERRA 1914-1918.



Cartaz editado em 1923 em homenagem aos soldados portugueses que morreram na Grande Guerra. (Biblioteca Nacional de Portugal)



Diploma de honra oferecido pelo pároco e habitantes da Maceira ao cabo José Moura. Em baixo, a identificação dos soldados da freguesia da Maceira que participaram na Guerra. (Coleção particular)

PORTUGAL E A GRANDE GUERRA

exposição

Organização

Assembleia da República
Instituto de História Contemporânea da Faculdade de
Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa
Comissão Coordenadora das Evocações do Centenário da
Primeira Grande Guerra
Ministério dos Negócios Estrangeiros

Coordenação científica

Maria Fernanda Rollo

Investigação e textos

Instituto de História Contemporânea da Faculdade de
Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa
(Ana Carina Azevedo, Ana Paula Pires, Ângela Salgueiro,
Aniceto Afonso, Carlos Silveira, Joana Dias Pereira, João
Moreira Tavares, José Luís Assis, Margarida Portela, Maria
Fernanda Rollo, Maria Inês Queiroz)

Edição

Divisão de Edições da Assembleia da República

Design

P-06 atelier

Impressão

FJR Design Solutions

Outubro 2014

Visitas guiadas

8 de outubro a 29 de novembro 2014
Dias úteis | 10h00-17h00

Mais informações

www.parlamento.pt
www.facebook.com/ParlamentoCultural
cic.rp@ar.parlamento.pt
213 919 625 | 213 919 057 | 213 910 849

Fotografia da capa/contracapa: *Ilustração Portuguesa*,
série II, n.º 578, Lisboa, 19 de março de 1917, p. 228.

